

## **VERDADE E JUSTIÇA NA REVISTA VOZES**

*Sandra Helena Spricigo<sup>1</sup>*

Durante o governo militar, coube, muitas vezes, aos periódicos, o papel de denunciar os desmandos da ditadura. Tarefa árdua, visto que os que a empreendiam não gozavam de liberdade de expressão. A partir de 1964, ao publicarem qualquer nota que ia contra os interesses do governo, jornalistas e intelectuais podiam ser chamados a depor logo após a veiculação de seus artigos e seus nomes eram anotados nos arquivos secretos do governo. Se houvesse reincidência, geralmente eram presos. A censura já estava em vigor, mas não como a que se instaurou no país depois de dezembro de 1969, com a publicação do AI-5.

Os censores, que até então se limitavam a ler o material já publicado para depois tomarem as providências cabíveis, passaram a habitar as redações de jornais e revistas, as coxias de teatros, os estúdios de televisão. A repressão era constante, e os jornalistas já não se aventuravam a falar aberta e diretamente das desmazelas governamentais. A tortura era instrumento constante para punir aqueles que ousavam falar. As pessoas que eram presas nem sempre voltavam. Todos os que se pronunciavam contra o governo militar eram considerados potenciais inimigos do país, comunistas, subversivos.

Mesmo assim, muitos periódicos continuaram a exercer o seu papel de informar o que se passava por detrás dos bastidores do governo. Muitos surgiram e desapareceram com rapidez. As dificuldades eram inúmeras, tanto de ordem econômica quanto as que impediam uma redação de funcionar sempre no mesmo local, fugindo da polícia. Os periódicos que conseguiam resistir quase sempre eram aqueles que tinham algum apoio de instituições ou forças econômicas. É o caso da *Revista Vozes* que, mesmo veiculando artigos contrários ao governo, continuava a circular normalmente. Isso se deve à sua ligação direta com a Igreja Católica, o que lhe conferia uma certa segurança. E é neste ponto que pretendo me deter, na atuação da *Revista Vozes*, enquanto “voz” das denúncias dos problemas dos anos de ditadura, enfocando a leitura nos anos de 1976 e 1977 .

---

<sup>1</sup> Bolsista de IC — PIBIC/CNPq — UFSC.

Como textos-chaves para ler esse período da revista, selecionei “A justiça na história”, de Clodóvis Boff e “Verdades incômodas”, de Alceu Amoroso Lima. Antes, no entanto, de entrar na leitura dos textos acima, vale a pena esclarecer a situação em que se encontrava o pensamento católico na época. De 1939 a 1958, a Igreja Católica Mundial era presidida por Pio XII que, com a desculpa de que a Igreja não deveria se envolver com as questões sociais e materiais, volta as costas para as inúmeras atrocidades cometidas pelos homens, como o massacre de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Até 58, os eclesiásticos da Igreja são, em sua maioria, extremamente conservadores e moralistas, fingindo não perceber a real situação de suas comunidades. Isso fez com que a Igreja tivesse sua imagem desgastada e bastante negativa.

Com a morte de Pio XII, os cardeais elegem como novo papa João XXIII, que ficou conhecido pela sua postura progressista ao presidir o Vaticano. Segundo ele, para cuidar realmente das questões do espírito, é preciso primeiro resolver as injustiças sociais. A Igreja volta, então, os olhos para as minorias e para os injustiçados pelo sistema, como os índios, os pobres, os oprimidos e as mulheres. O foco de maior atenção, nesse período, vai ser a América Latina e o continente africano.

Essa posição que passa a ser defendida pela Igreja Católica mundial é registrada por João XXIII na encíclica “Paz na Terra” (*Pacem in Terris*), de abril de 1963, meses antes de sua morte, em junho do mesmo ano.

Essa contextualização se faz necessária para entendermos o porquê de uma revista brasileira, ligada à Igreja Católica, como a *Revista Vozes*, se posicionar, através dos textos publicados, contra um regime autoritário e repressivo de governo local, atitude esta, aparentemente, não observada durante os anos da ditadura de Getúlio Vargas.

É durante o papado de João XXIII que se observam situações até então antagônicas, como padres que se assumem “socialistas”.

É dessa “evolução” da postura da Igreja que trata Clodóvis Boff em seu texto “A justiça na história”. Ele traça uma linha evolutiva das posições assumidas pelo Vaticano na história, através das encíclicas papais, com o intuito de observar a “justiça social hoje”. Aliás, este texto pode ser lido como chave das idéias da *Revista Vozes* durante o período enfocado. A leitura que faz dos posicionamentos da Igreja deixa transparecer o que a revista defende, como as minorias e a “libertação” dos oprimidos. Boff começa fazendo algumas ressalvas:

Hoje é possível que estejamos precisando mais de conhecimento que de sentimento, mais de análise que de julgamento, mais de cabeça que de coração — sobretudo quando estamos às voltas com problemas sociais.

Meter-se a vomitar, de modo intempestivo, impropérios indignados contra a exploração, a opressão e alienação (capitalista ou não), numa denúncia pretensamente profética, sem antes ter entendido a lógica interna de tudo isso e até sua necessidade histórica, é de pouca utilidade e, talvez, sintoma de impotência.

O problema maior para um cristão numa sociedade capitalista e frente a esta sociedade não é tanto moral, mas muito mais político. (...) Não se trata tanto de se indignar contra uma “injustiça estrutural”, mas de compreender e de ultrapassar de fato uma “estrutura injusta”.

Por essas palavras poderíamos concluir que, para a *Revista Vozes*, é importante questionar e denunciar a situação ditatorial do país para que a população possa estar informada do que se passa, para que seja possível “ver, julgar e agir”, para então alterar a “estrutura injusta”.

Se não há de fato um envolvimento com os problemas pelos quais a sociedade passa, não é possível uma mudança. Não há lugar para “moralismos”, que para Boff é o simples julgamento sem conhecimento da causa, pois “de simples considerações éticas não resulta nenhum projeto político definido. E se resulta algum, é por distração... (...) não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, ao contrário, é a sua existência social que determina a sua consciência”. E, nesse ponto, Boff ressalta que houve mudanças significativas no pensamento da Igreja. Enquanto que, antes de João XXIII o “(...) discurso da Igreja (tinha) sido *predominantemente moral*”, em que “a moral substitui a análise, os valores aos fatos, a vontade à lógica histórica” e “os efeitos sociais, mais precisamente ideo-políticos, do discurso magisterial (da Igreja Católica) são por um lado reforçadores do *status quo* e neste sentido, legitimadores ideológicos da situação em vista”; a partir do papa em questão, a Igreja se vê num momento de mudança. É “(...) nessa altura que poderia alçar vôo um discurso propriamente teológico acerca do social ou do político, como o pretende a ‘teologia da libertação’ *et consortes*”.

É na *Vozes* que se abrigarão os principais representantes da Teologia da Libertação, como Leonardo Boff, um dos principais líderes dessa facção. Vale ressaltar que foram os teólogos da libertação os responsáveis por algumas mudanças significativas na relação Igreja — Comunidade no Brasil. Através dessa vertente, que

poderíamos chamar de “esquerdistas”, espalhou-se pelo país, através das Pastorais, um movimento de conscientização da população. Ofereciam-se os meios, assim se pensava, para a porção oprimida “libertar-se” das situações de opressão.

Esta é a linha preponderante que se observa na revista durante a década de 70. Além dos teólogos da libertação, também intelectuais conhecidos estarão publicando suas idéias no periódico. Às vezes, a revista se constitui como um dos poucos lugares em que se encontrará respaldo para textos mais explícitos.

É o caso de Alceu Amoroso Lima que, em 1976, publica quatro artigos reunidos sob o título “Verdades Incômodas”. Os textos, que originalmente deveriam ter sido publicados em 1975, na coluna do crítico em um jornal carioca, foram barrados pela censura. Nesses textos, alinhado com a postura da *Vozes*, critica, algumas vezes de forma mordaz, o regime militar instalado no país. Os textos de Alceu afinam-se com a linha seguida pela revista, caminho proposto por Boff em sua leitura histórica das encíclicas papais.

No primeiro artigo, “Nossa verdade lá fora”, de 13/06/75, Alceu trata da impossibilidade de se escrever a história recente do país na língua portuguesa. Quando escrita, essa história, freqüentemente, está em inglês. Ou, ainda, os que deveriam escrever a história atual se voltam para as memórias do passado: “Multiplicam-se as memórias dos novos desencantados ou impedidos de relatar livremente o que sabem das misérias do presente”.

Mais adiante, se vale de uma citação de um redator do Jornal do Brasil para manifestar o seu desacordo com o caminho que é necessário traçar para que os reais acontecimentos brasileiros sejam relatados: “A cultura brasileira vive há anos uma das fases mais trágicas de sua história. Um teatrólogo singular (Plínio Marcos) vê sua carreira ostensivamente cortada pela tesoura do Governo. A história do país está em inglês. O debate econômico, quando essencial, começa na Universidade de Berkeley. O cinema apagou-se. A poesia calou-se. Os compositores são obrigados a vestir pseudônimos (JB, 16-5-75). Complementa Alceu: “Da mesma forma que os teatrólogos são amordaçados pela censura, os historiadores e jornalistas também não têm liberdade de contar o que sabem”.

Num texto seguinte, “Nossa verdade cá dentro”, datado de 20/06/75, Alceu volta a demonstrar o seu descontentamento com a situação brasileira:

(...) nunca julguei que se justificasse a revolução armada de 1964. E a tenho contestado, desde então, como navegador solitário, sempre desarmado e sem participar

da luta política. (...) Fui contrário ao movimento político-militar de 64 por três motivos. Primeiramente, por nunca ter acreditado que o Presidente João Goulart realizasse a tal “república sindicalista”, que foi o pretexto do movimento, mesmo que a tivesse em mente. Em seguida, por julgar que a provável eleição do Presidente Kubitschek, em novembro de 64, teria sido uma solução superior à do movimento subversivo. Finalmente, porque nunca aprovei os rumos políticos das forças vencedoras e muito menos das instituições autoritárias, que impuseram ao nosso povo e com as quais, por muito tempo, o amordaçaram.

Outro de seus posicionamentos frente ao regime está claro quando afirma: “Foi um movimento minoritário, que apanhou de surpresa seus próprios promotores (...). E por isso assumiu gradativamente um caráter reacionário, direitista, plutocrata e autoritário”. Desabafando, em “Verdade violentada”, escreve: “Desejamos ser tratados como um povo adulto e não como menores irresponsáveis. (...) Há 11 anos que não me canso de pregar no deserto essa anistia, como sendo a solução mais racional, mais humana e mais brasileira”.

Afinal, qual a razão de o periódico insistir em publicar textos nos quais figurem a denúncia, o inconformismo com a situação do país, a resistência ao regime militar? Essa questão pode ser respondida quando observamos a postura assumida pela *Revista Vozes*, durante o período de 1976 e 1977. Segundo a linha progressista da Igreja Católica no mundo, a revista assume o seu papel de meio pelo qual a “estrutura injusta” possa ser superada. Aos oprimidos, nesse caso a maior parte da população brasileira, deve ser permitido o conhecimento da real situação histórica e social do país. É essa uma das funções dos textos de Alceu Amoroso Lima: denunciar, esclarecer, tornar público.

Só então, com as informações necessárias em circulação, é que se poderia realmente julgar o sistema vigente. É nesse ponto que seria “segurança nacional” de violência gratuita, de censura, de cassação arbitrária do direito de ir e vir e da liberdade de expressão. É nesse ponto que se poderia passar do “moralismo” para a ação.

É a isto que parece se propor a *Revista Vozes* na década de 70: ser a voz dos que tem algo a denunciar; ser mais um dos mecanismos que venham a permitir a mudança do sistema. Mas, ao contrário de outros periódicos que também se propõem a exercer esse papel, a *Revista Vozes* é uma revista que está vinculada a uma ideologia, ligada a uma instituição que a protege, que é a Igreja Católica.